



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Administrativa**  
**Especialidade Contabilidade**

Caderno de Prova, Cargo G07, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Junho/2007

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

**Da ação dos justos**

*Em recente entrevista na TV, uma conhecida e combativa juíza brasileira citou esta frase de Disraeli\*: “É preciso que os homens de bem tenham a audácia dos canalhas”. Para a juíza, o sentido da frase é atualíssimo: diz respeito à freqüente omissão das pessoas justas e honestas diante das manifestações de violência e de corrupção que se multiplicam em nossos dias e que, felizmente, têm chegado ao conhecimento público e vêm sendo investigadas e punidas. A frase propõe uma ética atuante, cujos valores se materializem em reação efetiva, em gestos de repúdio e medidas de combate à barbárie moral. Em outras palavras: que a desesperança e o silêncio não tomem conta daqueles que pautam sua vida por princípios de dignidade.*

*Como não concordar com a oportunidade da frase? Normalmente, a indignação se reduz a conversas privadas, a comentários pessoais, não indo além de um mero discurso ético. Se não transpõe o limite da queixa, a indignação é impotente, e seu efeito é nenhum; mas se ela se converte em gesto público, objetivamente dirigido contra a arrogância acanhada, alcança a dimensão da prática social e política, e gera conseqüências.*

*A frase lembra-nos que não costuma haver qualquer hesitação entre aqueles que se decidem pela desonestidade e pelo egoísmo. Seus atos revelam iniciativa e astúcia, facilitadas pela total ausência de compromisso com o interesse público. Realmente, a falta de escrúpulo aplaina o caminho de quem não confronta o justo e o injusto; por outro lado, muitas vezes faltam coragem e iniciativa aos homens que conhecem e mantêm viva a diferença entre um e outro. Pois que estes a deixem clara, e não abram mão de reagir contra quem a ignore.*

*A inação dos justos é tudo o que os contraventores e criminosos precisam para continuar operando. A cada vez que se propagam frases como “Os políticos são todos iguais”, “Brasileiro é assim mesmo” ou “Este país não tem jeito”, promove-se a resignação diante dos descabros. Quem vê a barbárie como uma fatalidade torna-se, ainda que não o queira, seu cúmplice silencioso.*

\* Benjamin Disraeli, escritor e político britânico do século XIX.

(Aristides Villamar)

1. A frase de Disraeli, tal como é entendida e desenvolvida no texto, reporta-se à necessidade de que
  - (A) os homens de bem e os canalhas se congracem na mesma audácia.
  - (B) a intempestividade dos homens honestos supere a dos desonestos.
  - (C) a ousadia dos bons cidadãos não fique atrás da dos patifes.
  - (D) o atrevimento dos desclassificados coíba o dos justos.
  - (E) os cidadãos honestos e os meliantes distingam entre o bem e o mal.

2. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. Às escandalosas práticas dos canalhas deve corresponder uma reação objetiva, que tenha envergadura social e peso político.
  - II. Os homens de virtude não confrontam o que é justo e o que é injusto porque sabem relativizar o valor do bem e o do mal.
  - III. Do quarto parágrafo depreende-se que certas frases do senso comum induzem à complacência com as ações mais nefastas.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) I, II e III.

3. Considerando-se o contexto, as expressões
  - (A) *freqüente omissão* e *ética atuante* referem-se a distintas condutas, atinentes aos homens de bem.
  - (B) *barbárie moral* e *princípios de dignidade* são análogas, e referem-se aos homens indignos.
  - (C) *inação dos justos* e *freqüente omissão* estabelecem entre si a oposição que se verifica entre os justos e os canalhas.
  - (D) *dimensão da prática social e política* e *a arrogância acanhada* representam, respectivamente, uma causa e seu efeito.
  - (E) *iniciativa e astúcia* e *cúmplice silencioso* referem-se aos contraventores e aos criminosos.

4. Quem propaga frases como as citadas entre aspas no último parágrafo parece admitir que
  - (A) a resignação é vencida por uma ética atuante.
  - (B) a cumplicidade silenciosa é o mal maior.
  - (C) o discurso ético é o primeiro passo para a moralização.
  - (D) não se deve abrir mão de uma reação ética.
  - (E) os descabros fazem parte da nossa natureza.

5. É exemplo de construção verbal na voz passiva:
  - (A) *Como não concordar com a oportunidade da frase?*
  - (B) *Se não transpõe o limite da queixa(...)*
  - (C) *(...) pautam sua vida por princípios de dignidade.*
  - (D) *(...) vêm sendo investigadas e punidas.*
  - (E) *(...) não indo além de um mero discurso ético.*

<p>6. Quanto às normas de concordância verbal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Mais gente, assim como o fez a juíza brasileira, deveriam ponderar as sábias palavras que escolheu Disraeli para convocar a ação dos justos.</p> <p>(B) A muitas pessoas incomodam reconhecer que sua omissão diante da barbárie as torna cúmplices silenciosas dos contraventores e criminosos.</p> <p>(C) É comum calarmos diante dos descabimentos a que costumam dar destaque o noticiário da imprensa, e acabamos, assim, por consenti-los.</p> <p>(D) Quando não se opõem à ação do homem acanhalado, quando ocorre essa grave omissão, os homens justos deixam de fazer valer seu peso político.</p> <p>(E) Se tivessem havido firmes reações aos descabimentos dos canalhas, estes não desfrutariam, com sua falta de escrúpulo, de um caminho já aplinado.</p>	<p>10. Quanto à forma dos verbos e à correlação entre os tempos e os modos empregados, está inteiramente correta a frase:</p> <p>(A) Se não transpor o limite da queixa, a indignação será impotente e se reduziria a conversas privadas.</p> <p>(B) A inação dos justos será tudo o que os contraventores e criminosos sempre quiseram para ter seu caminho bem aplinado.</p> <p>(C) Caso não transpusesse o limite da queixa, a indignação seria impotente, reduzindo-se a conversas privadas.</p> <p>(D) Quem doravante ver a barbárie como uma fatalidade, saiba que, ainda que não o quisesse, estaria sendo seu cúmplice silencioso.</p> <p>(E) Caso seja visto como uma fatalidade, a barbárie teria como cúmplices silenciosos os que assim a considerariam.</p>
<p>7. Considerando-se o contexto do terceiro parágrafo, na frase <i>Pois que estes a deixem clara</i>, os pronomes <u>estes</u> e <u>a</u> estão se referindo, respectivamente, a:</p> <p>(A) <i>um e outro / a diferença.</i></p> <p>(B) <i>os homens / a diferença.</i></p> <p>(C) <i>desonestidade e egoísmo / iniciativa.</i></p> <p>(D) <i>os homens / iniciativa.</i></p> <p>(E) <i>o justo e o injusto / iniciativa.</i></p>	<p>11. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) A indignação de muita gente não transpõe na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas e assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso, que não leva à ação.</p> <p>(B) A indignação de muita gente, não transpõe, na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas, e assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.</p> <p>(C) A indignação, de muita gente, não transpõe na maioria dos casos o âmbito das conversas privadas, e assim os valores éticos acomodam-se, no plano raso de um discurso, que não leva à ação.</p> <p>(D) A indignação de muita gente não transpõe, na maioria dos casos, o âmbito das conversas privadas, e, assim, os valores éticos acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.</p> <p>(E) A indignação de muita gente, não transpõe, na maioria dos casos o âmbito das conversas privadas, e, assim, os valores éticos, acomodam-se no plano raso de um discurso que não leva à ação.</p>
<p>8. Os segmentos destacados constituem, respectivamente, uma causa e sua consequência em:</p> <p>(A) <i>Para a juíza, / o sentido da frase é atualíssimo.</i></p> <p>(B) <i>Pois que estes a deixem clara / e não abram mão de reagir contra quem a ignore.</i></p> <p>(C) <i>Normalmente, a indignação se reduz / a conversas privadas (...)</i></p> <p>(D) <i>A frase lembra-nos / que não costuma haver qualquer hesitação (...)</i></p> <p>(E) <i>Quem vê a barbárie como uma fatalidade / torna-se (...) seu cúmplice silencioso.</i></p>	<p>12. Se há iniciativa e astúcia na ação do homem injusto, não <u>há iniciativa e astúcia</u> no bom cidadão que, apesar de indignado, <u>não confere à iniciativa e à astúcia</u> o mesmo valor que o mau <u>reconhece na iniciativa e na astúcia</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados por, respectivamente,</p> <p>(A) há elas - não as confere - reconhece nelas.</p> <p>(B) as há - não lhes confere - nelas reconhece.</p> <p>(C) as há - não confere-lhes - as reconhece.</p> <p>(D) há as mesmas - não lhes confere - reconhece-lhes.</p> <p>(E) há estas - não as confere - nelas reconhece.</p>
<p>9. Está clara, correta e coerente a redação da frase:</p> <p>(A) Por considerar oportuna a frase de Disraeli, a combativa juíza citou-a, num programa de TV, referindo-se à desenvoltura com que agem os malfeitores.</p> <p>(B) É tamanha a desenvoltura que se investem os malfeitores, que a ousada juíza não hesitou de citar uma frase de Disraeli na TV a propósito desse tema tão atual.</p> <p>(C) Em vista de ser tão atual a propagação das ações de má fé, a destemida juíza entendeu por bem de citar na TV uma frase de Disraeli, em cuja percebe um vivo sentido.</p> <p>(D) Há frases, como a de Disraeli, que falam da atualidade desenvolta com cuja costumam agir os canalhas, por isso a valorosa juíza citou-a, com tal propósito, num programa de TV.</p> <p>(E) Os canalhas têm grande ousadia, segundo Disraeli, por isso a combativa juíza citou-a, num programa de TV, ao considerar na oportunidade o quanto a mesma é atual.</p>	

<p>13. Está adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) A resignação diante dos descalabros é uma reação <u>de cujos</u> efeitos só trazem benefícios aos maus cidadãos.</p> <p>(B) A firme reação dos justos será uma surpresa <u>de que</u> os desonestos jamais estarão preparados.</p> <p>(C) A desonestidade e o egoísmo são defeitos <u>de cujos</u> nenhum contraventor se envergonha.</p> <p>(D) Os princípios de dignidades <u>aos quais</u> o homem honesto vê uma prioridade devem transformar-se em ação.</p> <p>(E) A inação dos justos é uma condição <u>com que</u> contam os desonestos para continuar operando.</p>	<p>17. Justificam-se <b>ambas</b> as ocorrências do sinal de crase em:</p> <p>(A) Na entrevista que concedeu à TV, a juíza recorreu à uma frase de Disraeli.</p> <p>(B) A frase à que se reportou a juíza diz respeito à distinções éticas.</p> <p>(C) Faltam audácia e iniciativa à quem deveria propor-se às ações afirmativas.</p> <p>(D) Não se abra àqueles inescrupulosos o campo favorável à impunidade.</p> <p>(E) A comunidade dos justos assiste à obrigação de dar combate à tal ousadia.</p>
<p>14. Que os homens de bem deixem sempre clara a diferença entre o que é justo e o que é injusto, e <u>não abram mão de reagir contra quem a ignore.</u></p> <p>Não haverá prejuízo para o sentido e a correção da frase acima caso se substitua o segmento sublinhado por:</p> <p>(A) não se disponham de combater quem a desconheça.</p> <p>(B) não renunciem de combater àquele que nela se omite.</p> <p>(C) não deixem de se opor a quem não a leve em conta.</p> <p>(D) não renunciem em combater quem lhe finge desconhecimento.</p> <p>(E) não se furtem em tripudiar sobre quem a menospreze.</p>	<p>18. Na frase <i>Quem vê a barbárie como uma fatalidade torna-se, ainda que não o queira, seu cúmplice silencioso</i>, o pronome sublinhado refere-se ao segmento</p> <p>(A) <i>quem vê a barbárie.</i></p> <p>(B) <i>como uma fatalidade.</i></p> <p>(C) <i>torna-se, ainda que.</i></p> <p>(D) <i>queira (...) cúmplice silencioso.</i></p> <p>(E) <i>torna-se (...) seu cúmplice silencioso.</i></p>
<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do <b>plural</b> para preencher de modo correto a lacuna da frase:</p> <p>(A) Se a cada um de nós efetivamente ..... (<b>perturbar</b>) os que agem mal, a impunidade seria impossível.</p> <p>(B) .....-se (<b>dever</b>) aos homens de ação o aperfeiçoamento estrutural de uma sociedade.</p> <p>(C) Nas palavras dos piores contraventores ..... (<b>costumar</b>) haver insolentes alusões à moralidade.</p> <p>(D) Aos bons cidadãos não ..... (<b>ocorrer</b>) que os maus contam com o silêncio da sociedade para seguirem sendo o que são.</p> <p>(E) Aqueles de quem não ..... (<b>advir</b>) qualquer reação contra os desonestos acabam estimulando a corrupção.</p>	<p>19. Estão corretos o emprego e a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) A corrupção só se extingue ou diminui quando os justos intervêm para que as boas causas prevaleçam.</p> <p>(B) Os homens que usufruem de vantagens a que não fazem jus cultivam a hipocrisia de propalar discursos moralizantes.</p> <p>(C) Contra tantos canalhas audases há que haver a reação dos que têm a probidade como um valor inerente ao exercício da cidadania.</p> <p>(D) Há uma inestrutável correlação entre a apatia dos bons cidadãos e a desenvoltura com que agem os foras-da-lei.</p> <p>(E) Depende-se que houve êxito das iniciativas dos homens de bem quando os prevaricadores sentiram cerceada sua área de atuação.</p>
<p>16. <i>Seus atos revelam iniciativa e astúcia, facilitadas pela total ausência de compromisso com o interesse público.</i></p> <p>Caso se queira reconstruir a frase acima, iniciando-a por <b>A total ausência de compromisso com o interesse público</b>, uma complementação correta e coerente poderia ser:</p> <p>(A) revela-se na iniciativa e na astúcia facilitadas por seus atos.</p> <p>(B) revelam-se como iniciativa e astúcia, cujos atos são facilitados.</p> <p>(C) facilita a iniciativa e a astúcia, que se revelam em seus atos.</p> <p>(D) tem seus atos facilitados, por revelarem iniciativa e astúcia.</p> <p>(E) facilitam os atos que tanto a iniciativa como a astúcia revelam.</p>	<p>20. Considerando-se o contexto, a palavra sublinhada em <i>Como não concordar com a <u>oportunidade</u> da frase?</i> tem sentido equivalente ao da expressão sublinhada em:</p> <p>(A) Sua colaboração chegou no <u>momento azado</u>.</p> <p>(B) Impressionou-o o <u>indômito oportunismo</u> com que agia seu adversário.</p> <p>(C) <u>Na eventualidade</u> de um ato ilegal, impõe-se uma sindicância.</p> <p>(D) Ela estranhou o <u>extemporâneo interesse</u> do amigo.</p> <p>(E) Eles sempre agiram <u>em conformidade</u> com a lei.</p>

<b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b>	
<p>21. Consoante o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro as</p> <p>(A) despesas nele fixadas.                      (B) despesas nele liquidadas.                      (C) receitas nele lançadas.                      (D) receitas nele arrecadadas.                      (E) despesas nele pagas.</p>	<p>27. De acordo com as normas de Contabilidade Pública adotadas no Brasil, em relação ao registro dos elementos patrimoniais,</p> <p>(A) os bens do almoxarifado serão avaliados pelo preço médio ponderado das compras.                      (B) os bens imóveis serão avaliados pelo custo de aquisição, sendo vedada a sua reavaliação a valor de mercado.                      (C) os débitos e créditos em moeda estrangeira serão avaliados pelo seu valor nominal, feita a conversão pela taxa de câmbio do dia da ocorrência do fato contábil correspondente.                      (D) os bens móveis serão avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, a critério do responsável pela escrituração.                      (E) os títulos de renda, pelo seu valor nominal, permitida a constituição de provisão para adequá-los ao valor de mercado se este for maior.</p>
<p>22. Um ingresso de recursos que aumenta a situação líquida do ente público é a receita</p> <p>(A) de operação de crédito por antecipação de receita.                      (B) extra-orçamentária.                      (C) patrimonial.                      (D) de cauções.                      (E) de amortização de empréstimos concedidos.</p>	<p>28. O saldo negativo da diferença entre os totais da arrecadação prevista e da realizada na execução orçamentária de um ente público é denominado</p> <p>(A) Déficit Orçamentário.                      (B) Excesso de Arrecadação.                      (C) Ativo Real Líquido.                      (D) Superávit Orçamentário.                      (E) Superávit Financeiro.</p>
<p>23. É um exemplo de receita extra-orçamentária:</p> <p>(A) A venda de produtos agrícolas efetuada por uma autarquia.                      (B) O aluguel de imóveis de propriedade do ente público.                      (C) Os juros recebidos por aplicações financeiras efetuadas pelo ente público.                      (D) O recebimento do pagamento de foros e laudêmios pela União.                      (E) Os depósitos e cauções recebidas pelo ente público.</p>	<p>29. A análise do balanço orçamentário de um ente público levou um auditor de controle interno a concluir que no exercício houve</p> <p>(A) déficit orçamentário, quando comparou a Despesa Fixada de R\$ 528.200,00 com a Despesa Realizada de R\$ 526.750,00.                      (B) insuficiência de arrecadação, quando comparou a Despesa Fixada de R\$ 528.200,00 com a Receita Arrecadada de R\$ 527.260,00.                      (C) economia de despesa, quando comparou a Despesa Fixada de R\$ 528.200,00 com a Receita Prevista de R\$ 529.400,00.                      (D) superávit orçamentário, quando comparou a Despesa Realizada de R\$ 526.750,00 com a Receita Arrecadada de R\$ 527.260,00                      (E) economia orçamentária, quando comparou a Receita Prevista de R\$ 529.400,00 com a Receita Arrecadada de R\$ 527.600,00.</p>
<p>24. A amortização de empréstimos decorrentes de antecipação de receita é uma despesa</p> <p>(A) extra-orçamentária.                      (B) orçamentária de capital.                      (C) orçamentária corrente.                      (D) que depende de autorização legislativa para sua realização.                      (E) que não afeta o saldo financeiro do exercício.</p>	<p>30. Considere os dados extraídos do Balanço Financeiro de determinado município no exercício encerrado em 31/12/2006:</p> <p>Saldo positivo do exercício findo em 31/12/2005 .. R\$ 128.000,00                      Receitas Correntes..... R\$ 354.000,00                      Despesas de Capital ..... R\$ 152.000,00                      Restos a pagar de 2005 pagos em 2006 ..... R\$ 37.000,00                      Despesas Correntes..... R\$ 363.000,00                      Restos a pagar inscritos em 2006..... R\$ 46.000,00                      Receitas de Capital ..... R\$ 147.000,00</p> <p>O saldo financeiro positivo do município em 31/12/2006 correspondeu, em R\$, a:</p> <p>(A) 77.000,00                      (B) 86.000,00                      (C) 123.000,00                      (D) 128.000,00                      (E) 160.000,00</p>
<p>25. É um exemplo de variação ativa independente de execução orçamentária:</p> <p>(A) Inversões financeiras do ente público.                      (B) Nascimento de semoventes.                      (C) Doações efetuadas pelo ente público.                      (D) Amortização da dívida pública.                      (E) Aquisição de material permanente.</p>	
<p>26. Em relação ao SIAFI:</p> <p>(A) É um sistema informatizado através do qual é elaborado o orçamento da União.                      (B) A conta única do Tesouro Nacional é operacionalizada por seu intermédio.                      (C) A Nota de Programação Financeira permite realizar a transferência de recursos entre as unidades gestoras.                      (D) Uma vez registrado um documento no sistema, ele poderá ser alterado em caso de inexatidão pelo usuário regularmente cadastrado.                      (E) Os eventos da classe 10.0.000 se referem a dotações de despesas.</p>	

31. No Balanço Patrimonial de determinado município, o valor do Ativo Real foi de R\$ 360.000,00 e o Saldo Patrimonial foi negativo em R\$ 35.500,00. O valor do Passivo Permanente desse município, tendo em vista que ele corresponde 3/4 do Passivo Financeiro, em R\$, é de:

- (A) 98.875,00
- (B) 325.000,00
- (C) 226.000,00
- (D) 296.625,00
- (E) 169.500,00

32. Considere as informações extraídas da Demonstração das Variações Patrimoniais de um ente público (em R\$):

Despesas correntes.....	580.000,00
Superveniências ativas.....	98.000,00
Despesas de capital .....	245.000,00
Receitas correntes.....	545.000,00
Receitas de capital .....	267.000,00
Decrécimos patrimoniais.....	62.000,00

O ente público teve

- (A) Superávit patrimonial de R\$ 85.000,00.
- (B) Superávit patrimonial de R\$ 23.000,00.
- (C) Déficit patrimonial de R\$ 13.000,00.
- (D) Déficit patrimonial de R\$ 39.000,00.
- (E) Déficit patrimonial de R\$ 75.000,00.

33. Segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal, as despesas com pessoal, não poderão exceder

- (A) 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida, no caso dos Municípios.
- (B) 55% (cinquenta e cinco por cento) da receita corrente líquida, no caso dos Municípios.
- (C) 55% (cinquenta e cinco por cento) da receita corrente líquida, no caso da União.
- (D) 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, no caso da União.
- (E) 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, no caso dos Estados.

34. Considere as afirmações abaixo relativas ao conteúdo da Lei da Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações).

- I. Empresa estatal dependente é aquela que recebe do ente da Federação que a controla recursos financeiros para pagamentos de despesa com pessoal ou de custeio em geral.
- II. O ente da federação, caso exceda os limites de endividamento previstos na Lei, tem um prazo de, no mínimo, cinco exercícios para reconduzir a dívida a seus limites.
- III. Os atos que aumentarem ou criarem despesa obrigatória de caráter continuado para um ente da federação deverão demonstrar a origem de recursos para seu custeio.
- IV. Considera-se aumento permanente da receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo e majoração ou criação de tributo ou contribuição.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

35. Considere as afirmações abaixo.

- I. Todas as receitas e as despesas constarão na Lei Orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- II. A Lei Orçamentária não conterá qualquer dispositivo estranho à estimativa da receita e à fixação da despesa, exceto as ressalvas previstas na Constituição.
- III. A Lei Orçamentária não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
- IV. A Lei Orçamentária não poderá vincular a receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, exceto as ressalvas previstas na Constituição.
- V. A Lei Orçamentária compreenderá todas as receitas, inclusive das operações de crédito e todas as despesas próprias dos órgãos do Governo.

O princípio orçamentário da exclusividade está descrito APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) V.

36. É característica do orçamento-programa:

- (A) alocação de recursos baseada nas necessidades financeiras das unidades orçamentárias.
- (B) classificação institucional da despesa.
- (C) mensuração de resultados através de índices e padrões.
- (D) objetivo de avaliação da honestidade dos agentes governamentais.
- (E) dissociação do processo de planejamento governamental.

37. Sobre a elaboração, discussão, votação e aprovação da proposta orçamentária, é correto afirmar que:

- (A) a proposta orçamentária poderá prever a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- (B) de acordo com o disposto na Constituição Federal, o Poder Judiciário não tem autonomia para elaborar sua proposta orçamentária.
- (C) a União pode baixar medida provisória sobre a matéria orçamentária se o Congresso Nacional não aprovar o projeto de lei dentro do prazo.
- (D) o projeto de lei orçamentária deve ser apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do Regimento Comum.
- (E) atos do Presidente da República que atentem especificamente contra a lei orçamentária não são considerados crimes de responsabilidade.

<p>38. No Brasil, aplica-se o regime de</p> <p>(A) competência somente para as despesas.</p> <p>(B) caixa tanto para as despesas como para as receitas.</p> <p>(C) competência somente para as receitas tributárias.</p> <p>(D) caixa somente para as despesas de custeio.</p> <p>(E) competência tanto para as despesas quanto para as receitas.</p>	<p>42. É classificada como transferência de capital:</p> <p>(A) Amortização da dívida pública.</p> <p>(B) Aquisição de material permanente.</p> <p>(C) Participação na constituição de empresas.</p> <p>(D) Aposentadoria paga pelo ente público.</p> <p>(E) Subvenção social.</p>
<p>39. A Lei das Diretrizes Orçamentárias contém</p> <p>(A) o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.</p> <p>(B) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta.</p> <p>(C) o demonstrativo regionalizado do efeito decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.</p> <p>(D) as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.</p> <p>(E) o relatório resumido da execução orçamentária dos dois últimos exercícios anteriores ao corrente.</p>	<p>43. As despesas de exercícios anteriores</p> <p>(A) devem estar inscritas em restos a pagar.</p> <p>(B) podem corresponder a compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.</p> <p>(C) foram incorridas em exercício no qual o orçamento não consignava crédito próprio para atendê-las.</p> <p>(D) são despesas nas quais o credor não cumpriu sua obrigação.</p> <p>(E) são despesas extra-orçamentárias.</p>
<p>40. Sobre as despesas públicas é correto afirmar:</p> <p>(A) O pagamento da despesa somente poderá ser efetuado após sua regular liquidação.</p> <p>(B) Os juros da dívida pública interna são classificados como despesas de capital.</p> <p>(C) As despesas extra-orçamentárias não influenciam o resultado financeiro do exercício.</p> <p>(D) O empenho da despesa por estimativa é efetuado para atender gastos que possam ser perfeitamente quantificáveis.</p> <p>(E) O reconhecimento da despesa ocorre somente por ocasião de sua liquidação, ocasião em que o ente público promoverá a respectiva baixa no crédito orçamentário.</p>	<p>44. Os restos a pagar</p> <p>(A) não integram a dívida pública flutuante.</p> <p>(B) são compostos em sua totalidade pelas despesas que foram liquidadas, mas não pagas no exercício.</p> <p>(C) processados referem-se a despesas empenhadas e liquidadas no exercício.</p> <p>(D) decorrem do regime de caixa que é adotado para a despesa pública.</p> <p>(E) são também denominados Resíduos Ativos.</p>
<p>41. São classificadas como despesas de capital:</p> <p>(A) depósitos e cauções efetuados pelo ente público.</p> <p>(B) débitos de tesouraria.</p> <p>(C) valores gastos no aumento de capital de empresas estatais.</p> <p>(D) transferências de arrecadação para outro ente público.</p> <p>(E) subvenções econômicas a empresas estatais.</p>	<p>45. O suprimento de fundos</p> <p>(A) pode ser efetuado a servidor que tenha a seu cargo a guarda do material a adquirir.</p> <p>(B) deve ser sempre precedido de empenho.</p> <p>(C) não pode ser aplicado a despesas que tenham caráter sigiloso.</p> <p>(D) e adequado para realização de despesas de grande vulto, mas que tenham caráter de urgência.</p> <p>(E) não pode ser feito através do uso de cartão corporativo.</p> <p>46. Os créditos adicionais especiais</p> <p>(A) destinam-se ao reforço de dotação orçamentária já existente.</p> <p>(B) somente têm vigência no exercício financeiro em que forem autorizados.</p> <p>(C) têm por objetivo atender a despesas urgentes e imprevísíveis.</p> <p>(D) independem da prévia existência de recursos para financiar o gasto.</p> <p>(E) devem ser autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo.</p>

<p>47. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta será exercida pelo sistema de controle interno de cada Poder e mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, pelo</p> <p>(A) Poder Judiciário.          (B) Ministério da Fazenda.          (C) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.          (D) Congresso Nacional.          (E) Chefe da Casa Civil da Presidência da República.</p>	<p>51. Os dados relativos a saldos de contas ou classe de transações que também mostram caminhos para avaliar procedimentos ou aderência aos controles internos ou ainda, exatificação de valores, denominam-se</p> <p>(A) interações de dados internos.          (B) unidades de testes.          (C) populações contábeis.          (D) ponderações de valores.          (E) variáveis de populações.</p>
<p>48. Considere as afirmações abaixo relativas ao conteúdo da Lei da Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).</p> <p>I. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.</p> <p>II. A posse e o exercício de agente público não podem ficar condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, que poderá ser apresentada posteriormente.</p> <p>III. A autoridade judicial ou administrativa competente deverá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.</p> <p>IV. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações da lei de improbidade administrativa até o limite do valor da herança.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.          (B) I e IV.          (C) II e III.          (D) II e IV.          (E) III e IV.</p>	<p>52. No processo amostral em auditoria, a teoria de amostragem de atributos está vinculada a técnica estatística:</p> <p>(A) Amostragem da probabilidade proporcional ao tamanho.          (B) Amostragem clássica de variáveis.          (C) Distribuição normal.          (D) Valor esperado do erro.          (E) Amostragem por bloco.</p> <p>53. A análise de risco de controle, que tem como base o cuidado que o auditor deve ter ao selecionar e classificar áreas de acordo com os critérios de importância para garantir que todo o sistema seja representado, é</p> <p>(A) algoritmo de análise de risco de controle.          (B) teste substantivo sobre o grupo de contas disponível.          (C) controle paralelo.          (D) amostragem de variáveis.          (E) hierarquização das áreas possíveis de incidência de erro.</p>
<p>49. Na execução dos procedimentos de auditoria, a obtenção de declaração formal e isenta de pessoas independentes com relação ao ente auditado denomina-se</p> <p>(A) inspeção física.          (B) exame de registros.          (C) exame documental.          (D) observação e correlação.          (E) circularização.</p>	<p>54. O método que permite a avaliação de tendência de determinada conta, pelo ajustamento de uma reta ou curva de tendência com base na inspeção visual dos dados, é o</p> <p>(A) da média móvel.          (B) das mudanças período a período.          (C) da média ponderada.          (D) gráfico.          (E) da análise das relações.</p>
<p>50. Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres a Estados, ao Distrito Federal ou a Municípios, compete</p> <p>(A) ao Tribunal de Contas da União.          (B) à Presidência da República.          (C) ao Ministério do Planejamento.          (D) à Comissão de Fiscalização Contábil, do Congresso Nacional.          (E) à Câmara dos Deputados.</p>	<p>55. Não havendo evidências suficientes para formar uma opinião acerca da fidedignidade das demonstrações contábeis, o parecer apropriado a ser emitido é do tipo</p> <p>(A) com negativa de opinião.          (B) limpo.          (C) qualificado.          (D) adverso.          (E) com ressalvas do tipo “sujeito a”.</p>



56. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder, será exercida

- (A) pela Câmara dos Deputados.
- (B) pelo Tribunal de Contas da União.
- (C) pelo Congresso Nacional.
- (D) pelo Tribunal de Contas dos Estados.
- (E) pelo Ministério do Planejamento.

57. *Separação de cada transação em etapas, de forma que nenhum indivíduo possa controlá-la integralmente*, é uma citação referente ao elemento de controle interno de

- (A) normas escritas e organizadas.
- (B) plano de organização.
- (C) adequação de pessoal.
- (D) sistemas de autorização e procedimentos de registros.
- (E) avaliação permanente de desempenho.

58. Na divisão das categorias dos controles internos os dispositivos pelos quais as informações são produzidas e fornecidas à administração da empresa de forma que possam ser controladas, revisadas e utilizadas, são controles

- (A) independentes.
- (B) funcionais.
- (C) gerenciais.
- (D) de fluxo.
- (E) de manejo de fundos.

59. As investigações de erros ou fraudes nos controles internos, em nível de contas e saldos, são

- (A) salvaguarda dos ativos.
- (B) testes de aderência.
- (C) testes de detalhes.
- (D) trilhas de auditoria.
- (E) testes substantivos.

60. *A pessoa que autoriza não deve ser a que aprova, para não pôr em risco os interesses da empresa*. Este é um dos princípios de controle interno de hierarquia de autorização e aprovação cujo objetivo é

- (A) definição de escopo ou tarefas.
- (B) confiabilidade nos informes contábeis.
- (C) estímulo à eficácia e eficiência operacional.
- (D) aderência à política e as normas da empresa.
- (E) salvaguarda dos ativos.